

SEGIB e ONU Mulheres propõem uma agenda de mudanças legislativas na Ibero-América para promover o empoderamento econômico das mulheres



Madri, Espanha, sexta-feira, 26 de junho de 2020 - A Secretaria-Geral Ibero-Americana ([SEGIB](#)) e a [ONU Mulheres](#) apresentaram hoje uma análise detalhada das leis que afetam o empoderamento econômico das mulheres em cada um dos 22 países da Ibero-América, juntamente com uma proposta de agenda de reformas legislativas para os próximos cinco anos com o objetivo de alcançar uma igualdade de gênero real e substantiva na região.

O estudo, em formato de fichas-país e publicado em um momento em que a desigualdade de gênero se agravou pela pandemia de coronavírus ([COVID-19](#)), analisa as normas discriminatórias em questões como salário, previdência social, liberdade de escolha de emprego e proteção do trabalho doméstico remunerado e da maternidade.

- [Veja aqui as fichas-país](#)

Entre as conclusões da análise, destacam-se:

- **Igualdade salarial.** 50% dos países ibero-americanos carecem de leis que respondam ao objetivo de remuneração igual para trabalhos de igual valor, conforme estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- **Liberdade de escolha de emprego.** Em 65% das nações da região, a capacidade das mulheres para escolher emprego é restrita, impondo-as uma limitação horaria ou proibindo-as de trabalhar em determinados setores econômicos.
- **Trabalho doméstico remunerado.** Mais de 70% dos países da Ibero-América carecem de legislação necessária para proteger as mulheres que realizam trabalhos de cuidados e do lar remunerados. Mais de 30% dos países não ratificaram o [Convênio 189](#) da OIT sobre o Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos.
- **Proteção à maternidade.** 27% dos países ibero-americanos ainda não equiparam a licença de maternidade ao mínimo de 14 semanas estabelecido pela OIT. Além disso, 36% deles possuem leis que não garantem que 100% da cobertura da licença seja feita pela previdência social, o que gera resistências à contratação de mulheres por empregadores.
- **Previdência social.** Em quase 50% das nações da região, as leis não foram modificadas para evitar a discriminação com base em sexo na cobertura de pensões.

“A atual pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades de gênero previamente existentes. De fato, estima-se que dos 44 milhões de demissões previstas globalmente como consequência da pandemia, 31 milhões serão de mulheres. Por isso, acreditamos que mudanças devem ser realizadas nas leis que discriminam economicamente as mulheres e queremos promover uma *Coalizão de Países Ibero-Americanos Comprometidos com a Eliminação de Leis Discriminatórias para o Empoderamento Econômico das Mulheres*. Hoje é mais urgente do que nunca”, afirma a Secretária-Geral Ibero-Americana, [Rebeca Grynspar](#).

“A América Latina tem um longo caminho percorrido com muitos pontos fortes em termos de reconhecimento do princípio da igualdade de gênero e não podemos permitir que esta crise nos faça retroceder nos avanços alcançados. Na verdade, devemos redobrar os esforços para garantir o pleno exercício dos direitos políticos, sociais e econômicos das mulheres. É crucial que o empoderamento econômico das mulheres esteja no centro dos esforços para enfrentar a crise e reconstruir melhor as

nossas sociedades depois dela”, ressalta [María Noel Vaeza](#), Diretora Regional da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe.

A SEGIB promoverá a *Coalizão de Países Ibero-Americanos Comprometidos com a Eliminação de Leis Discriminatórias* no âmbito da comemoração dos 25 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim ([Pequim+25](#)), o programa mais visionário para o empoderamento das mulheres e meninas em todo o mundo.

Com esta iniciativa, buscará o comprometimento dos governos da Ibero-América ao mais alto nível, aproveitando a [XXVII Cimeira](#) de Chefes de Estado e de Governo, que será realizada em Andorra em novembro, para concretizar reformas legislativas durante o período 2020-2025, em resposta aos desafios e oportunidades identificados nas fichas-país elaboradas pela SEGIB e pela ONU Mulheres com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ([AECID](#)).

MAIS INFORMAÇÃO:

Max Seitz, Chefe de Imprensa
MSeitz@segib.org
(+34) 91 590 1980

Guadalupe Valdés, Especialista em Comunicação Regional para ONU Mulheres
g.valdesmorales@unwomen.org

Siga a conversa nas redes:

[#CovidYGénero](#)
[#SomosIberoamérica](#)



A **Secretaria-Geral Ibero-americana** é o órgão permanente de apoio à Conferência de Chefes de Estado e de Governo na preparação das Cúpulas Ibero-americanas e encarregado de realizar os mandatos que se derivam das Cúpulas e Reuniões Ibero-americanas. Trabalha com os **22 países ibero-americanos** para alcançar o fortalecimento da comunidade ibero-americana, impulsionando a cooperação na educação, na coesão social, na inovação e na cultura nos países de fala hispana e portuguesa na América Latina e na Península Ibérica.

A **ONU Mulheres** é a organização das Nações Unidas dedicada a promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Como defensora mundial de mulheres e meninas, a ONU Mulheres foi estabelecida para acelerar o progresso que levará a melhorar as condições de vida das mulheres e responder às necessidades que elas enfrentam no mundo.